



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
社區服務諮詢委員會  
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

## **Como iniciar reformas no desenvolvimento educativo de Macau**

**Tai Iun Fong**

**4/11/2021**

Nas últimas duas décadas após a Transferência de soberania de Macau, foi implementada uma Lei do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”, no âmbito do esforço do Governo da RAEM para dar salvaguardas ao pessoal docente. Em seguida, para garantir a qualidade pedagógica de Macau, foi implementado o “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local” e as “Exigências das Competências Académicas Básicas da Educação Regular do Regime Escolar Local”. Em 2021, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) introduziu novas disposições que regulam a forma como as escolas do ensino não superior avaliam o desempenho dos alunos e disposições relativas aos alunos, e à transição ou retenção de ano. Mas que efeitos têm essas políticas sobre a formação de talentos locais? Sabe-se que tanto as direcções das escolas como o pessoal docente da linha de frente concordam com as intenções da DSEDJ subjacentes a essas políticas, mas a verdade é que as políticas não conseguem resolver os problemas fundamentais do actual sistema de ensino. Portanto, sugere-se:

1. Ter um pessoal docente de alta qualidade é uma condição importante para a realização da reforma educativa. Actualmente, alguns alunos que frequentam cursos de licenciatura apenas têm de frequentar um curso complementar relacionado com a educação para se qualificarem como professores. Portanto, sugere-se às autoridades que revejam o currículo desses cursos para ver se estão em linha com a tendência do desenvolvimento social, de forma a criar uma reserva de talentos de alta qualidade para o reservatório de pessoal docente de Macau;
2. Os actuais modelos de formação para pessoal docente dão às pessoas da área da educação a impressão de que a formação se organiza apenas com o propósito de formar. Sugere-se assim que a DSEDJ reveja os cursos de formação em curso e analise se as disciplinas abrangidas nestes cursos de formação são realmente



necessárias na prática ou não e, subsequentemente, forneça a formação em disciplinas práticas e necessárias, a fim de melhorar o conhecimento prático dos alunos e aumentar os benefícios da formação;

3. Muitas pessoas do sector da educação têm reservas quanto às novas disposições que regulamentam a forma como as escolas do ensino não superior avaliam o desempenho dos alunos e sobre a taxa de retenção de ano. Sugere-se, assim, à DSEDJ, um planeamento eficaz para a revisão a curto e médio prazo das referidas disposições regulamentares, e divulgação pública e atempada dos resultados dessa revisão, para que todos os sectores sociais saibam se as referidas disposições regulamentares geram resultados positivos ou negativos.
4. Nos últimos anos, alguns alunos têm estado a tornar-se excessivamente emocionais ou a pensar de forma radical. Sugere-se que a DSEDJ organize cursos de gestão emocional para actividades extracurriculares realizadas nas escolas, para permitir que os alunos percebam melhor as suas emoções e aprendam a geri-las.